

Financeirização, Sistema da Dívida e os reflexos das fraudes do Banco Master para a classe trabalhadora

Brasília, 05 de maio de 2026 - 9h às 13h - Câmara dos deputados

Realização: Auditoria Cidadã da Dívida e Frente Parlamentar sobre o Limite dos Juros e Auditoria Integral da Dívida Pública com Participação Popular

Artigo produzido pelo palestrante Prof. Mathias Luce, especialmente para o seminário

Financeirização, sistema da dívida e os reflexos das fraudes do Banco Master sobre a classe trabalhadora

Mathias Luce¹

Diz uma célebre frase do economista Celso Furtado que, na história do Brasil, desde o período colonial, é prática recorrente pelos poderosos a privatização dos ganhos e a socialização das perdas. Uma frase que convida a pensar sobre nosso país, ainda mais em tempos de capitalismo financeirizado, em que o estoque de riqueza fictícia supera várias vezes o estoque de riqueza realmente produzida.

A fraude do Banco Master é mais um capítulo das consequências perniciosas das tendências da financeirização e de sua contraparte no desenvolvimento desigual do mercado mundial: o sistema da dívida. E confirma o argumento de quem defende – e são muitas vezes sensatas – que é preciso maior controle e regulação do Estado e da sociedade sobre o poder da finança.

A fraude do Banco Master só foi possível devido à desregulamentação do sistema financeiro ao longo de décadas de neoliberalismo, tornando a economia ainda mais volátil e a serviço do poder do rentismo, com a exacerbação das tendências que os teóricos da financeirização chamam de novos atores, novas dinâmicas e novos produtos financeiros. Estes atores, dinâmicas e produtos ganharam a cena na integração financeirizada entre mercado de crédito e mercado de títulos.

Agora, além dos fundos de investimento, fundos de pensão, agências de notação de risco e corretoras do mercado financeiro, acorrem as fintechs e os bancos digitais. O Master ascendeu nessa trilha. Se as novas dinâmicas da finança materializaram-se em paraísos fiscais, sistema bancário paralelo (shadow banking system) e securitização de ativos, essas práticas, ao mesmo tempo, se vinculam e se imbricam mais e mais com as pirâmides financeiras que, no caso do Banco Master, não tem precedentes na história brasileira e, inclusive, mundial. Quanto aos novos produtos financeiros, se CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) não são propriamente um produto financeiro novo – sendo, antes, o título de renda fixa mais comum oferecido pelos bancos –, por outro lado a negociação de CDBs com a ilusão de uma alta taxa de retorno, sim, é novidade, acompanhada do ardid utilizado pelo Master inflando os preços de fundos creditórios, imobiliários e precatórios: um dinheiro fácil e sem lastro, exponencialização do capital fictício.

Com efeito, o Master apresentou seus CDBs como um produto promissor e irresistível. Ato contínuo, conforme análise dos economistas Eduardo Moreira e Débora Magagna (documentário do Instituto Conhecimento Liberta, “O Golpe do Banco Master”), o Master “conseguiu fazer uma pirâmide que, em vez de pagar muito, pagava pouco. E mesmo que pagasse pouco, parecia pagar muito”, pois a forma de apresentação do CDI (140%) iludia quem não conhecia os meandros do mercado financeiro, além de parecer um investimento seguro, por ser um instrumento comum do mercado e por dar uma garantia especial para seus títulos, o Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Foi um golpe perfeito – ou quase perfeito.

Já é de conhecimento público que estamos diante da maior fraude bancária na história do Brasil (R\$52 bilhões). A maior em magnitude, a maior do ponto de vista da audácia dos mecanismos utilizados, a maior sob o aspecto da abrangência de atores implicados. Ela é maior do que o rombo do Banco Nacional, em 1995 (R\$25 a 50 bilhões em valores atualizados), e do que a fraude das Lojas Americanas, em 2023 (desfalque da ordem de R\$20 bilhões). É a maior do ponto de vista da audácia: pagar pouco, usar um instrumento comum e apresentar uma garantia especial para seus títulos. E é a maior em abrangência dos atores implicados, envolvendo desde instituições financeiras da Faria Lima, passando por autoridades de

diferentes poderes e autarquias da República, até células do crime organizado, em negócios escusos articulando uma constelação de interesses. Fato que resultou no clamor pela criação de uma CPMI do Banco Master.

As fraudes do Banco Master trazem, duplamente, consequências para a classe trabalhadora. Em primeiro lugar, o escândalo levou à expropriação do fundo de consumo (meios de subsistência) e do fundo de vida (direito a se aposentar) de mais de 1 milhão e 600 mil pessoas. T tamanha expropriação contou com dois expedientes. Um deles foi o rombo nos recursos dos aposentados e contribuintes dos regimes de previdência complementar de entes federados (estados e municípios), cujos gestores colocaram dinheiro dos mutuários em títulos podres do Master. Os casos mais notórios são o da RioPrevidência (sob o governo Cláudio Castro) e da Maceió Previdência (sob a prefeitura de JHC), que aplicaram somas vultosas em papéis do Banco Master, conforme demonstraram José Menezes Gomes, Maria Lucia Fattorelli e Rodrigo Ávila em artigo publicado no Monitor Mercantil. Em resumo, 19 regimes próprios de Previdência se viram ameaçados com as fraudes fiscais de Daniel Vorcaro e seu séquito. O que faz lembrar a quebra da companhia estadunidense Enron, cujas fraudes levaram, no ano de 2001, à evaporação dos montantes investidos e perdas irreparáveis para trabalhadores e trabalhadoras que contribuíram por décadas com o fundo de pensão na expectativa de se aposentar. No caso dos fundos de pensão estaduais e municipais, estamos falando de professores, enfermeiras, policiais, assistentes sociais e outras profissões fundamentais.

E o problema vai mais além. No cipoal de veículos financeiros do Banco Master, uma instituição incorporada foi o Credcesta, cartão de crédito com desconto em folha de servidores, que passou ao rol de instrumentos do esquema Vorcaro. No caso do Rio de Janeiro, sob o governo Cláudio Castro, o Credcesta catapultou o superendividamento das famílias. Embora no Brasil o limite legal para o desconto em folha de empréstimos consignados de aposentados e pensionistas seja de até 40% dos rendimentos (o que é demais permissivo), criou-se, ainda, um subterfúgio, com o Cartão Credcesta, com casos chegando ao comprometimento de até de 90% de desconto em folha de servidores do estado do Rio de Janeiro – em flagrante violação das normas. Esse quadro é expressão nua e crua da superexploração, que caracteriza o capitalismo dependente e sua história.

Definitivamente, as fraudes do Banco Master trazem múltiplas implicações sobre o fundo público – a massa de riqueza arrecadada pelo Estado através da tributação e cujos recursos cumprem várias funções no funcionamento do país e das vidas da população. Considerando a Constituição Federal e o caráter federativo do Brasil, a tentativa de utilização do Banco Regional de Brasília (BRB), sob o governo de Ibaneis Rocha, como tábua de salvação dos crimes do Banco Master, revela a persistência das elites brasileiras em praticar aquilo que Raymundo Faoro chamou de a confusão entre o público e o privado e do que Ruy Mauro Marini caracterizou como redistribuição regressiva da renda nacional.

O escândalo do Banco Master faz soar o sinal de alerta e exige que o Brasil implemente, com urgência, mecanismos de controle e fiscalização rigorosos sobre o sistema financeiro, para assegurar a soberania nacional e popular. Já é mais do que tempo para isso. As auditorias ditas independentes contratadas pelo sistema financeiro não foram capazes de advertir o que estava por vir. E alguns agentes ocupando cargos públicos, como Roberto Campos Neto, nomeado presidente do Banco Central no governo Jair Bolsonaro, recebeu Vorcaro 24 vezes, autorizando em 2019 que comprasse o Banco Máxima (rebatizado Master), a despeito de relatórios técnicos apontando irregularidades e riscos do que estava por vir. O povo brasileiro não pode seguir pagando o preço do sistema da dívida – dívidas geradas por interesses privados, que transferem prejuízos para o poder público e as maiorias exploradas e oprimidas. O povo brasileiro não deve pagar a conta das fraudes do Banco Master, menos ainda com o suado recurso de suas aposentadorias e salários e os recursos públicos tão necessários para saldar a dívida social que há historicamente em nosso país. É hora de virar o jogo. E de defender a redução substancial dos juros e uma auditoria integral da dívida com controle social. Esse é o caminho para que nosso país ocupe o papel que lhe cabe no mundo, como país soberano, na construção de uma ordem multipolar.

[1] Mathias Luce é historiador, Pós-Doutor em Economia e Gestão pela Universidade de Lisboa, docente da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenador do projeto de pesquisa "Ondas longas de desenvolvimento capitalista, sistema da dívida e ciclos de endividamento: elementos para uma história do fundo público e da questão social no Brasil".

